

40º Encontro Anual da ANPOCS

ST03 Administração de Conflitos, Segurança Pública e Punição no Brasil

Entre redes de repressão qualificada e proteção social: políticas de prevenção à criminalidade em Uberlândia – MG

Márcio Bonesso<sup>1</sup>

2016

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia pelo PPGS/UFSCar, vinculado ao (GEVAC) Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos. Professor de Sociologia do IFTM Uberlândia-Centro.

## **Resumo**

A comunicação deseja apresentar resultados de pesquisa sobre as políticas estaduais de prevenção à criminalidade em Uberlândia-MG. Planejada em Belo Horizonte a aplicação dessas políticas, cujo desenho normativo visa criar uma articulação dialética entre o eixo da repressão qualificada e da proteção social na distante cidade interiorana, contou com uma realidade diferente da capital. Os resultados obtidos demonstraram que houve no âmbito macrossocial uma primazia do eixo da repressão qualificada sobre o eixo da proteção social, com a expansão do policiamento especializado – Grupo Especializado de Policiamento em Área de Risco (GEPAR) sem a inclusão compatível de funcionários dos programas preventivos. Todavia, vale ressaltar que nos lugares de atuação dos programas preventivos as ações dos funcionários, apesar dos problemas estruturais, favoreceram em contextos microssociais a extensão dos "serviços preventivos" para o público alvo. Um dos fomentos mais expressivos foi a criação da Rede Leste: conjunto de atores locais e supralocais que arregimentam, desde 2006, uma rede de ações preventivas nos bairros classificados como áreas de risco. Assim, o campo se constitui por tensões entre o desenho normativo e suas práticas.

### **1. As políticas de segurança pública no Brasil: o eixo da prevenção social à criminalidade em Minas Gerais.**

O ano de 2003 foi um marco histórico na elaboração das políticas de segurança pública no Brasil. As eleições para presidente da república e governadores em 2002 criou uma oposição política nas urnas entre partidos e coligações que polarizaram a disputa eleitoral, personificada na oposição PSDB/PT. Todavia, um espírito republicano entre certos segmentos progressistas em ambos os polos partidários pairava no campo da segurança pública nacional. Nas duas coligações os programas de governo, com novas propostas amparadas por preposições de cientistas sociais pioneiros nos estudos sobre violência, criminalidade e direitos humanos (LIMA e RATTON, 2011) traziam certas perspectivas de pesquisas científicas com finalidade de intervenção social.

Capilarizados nesses partidos, esses cientistas sociais intervencionistas colaboraram de forma decisiva para o debate da criminalidade e da violência urbana enquanto fomento de políticas públicas. De fato, nem todas as unidades federativas, como a paulista, aderiram ao discurso das políticas de segurança pública equalizada aos direitos humanos; todavia, muitas discussões técnicas desses pesquisadores conseguiram nutrir os dois polos partidários brasileiros criando agendas com preposições relativamente homólogas. Tais prescrições culminaram em elaborados protocolos de articulação das políticas de segurança pública com o eixo da prevenção à criminalidade.

Para pesquisadores e gestores sociais como Luiz Eduardo Soares (2006) e Luís Flávio Saporì (2007) essas articulações, no início do século XXI, entre gestores pesquisadores, profissionais da segurança pública, da justiça e políticos eleitos possibilitaram que as políticas de segurança pública no Brasil saíssem relativamente do modelo denominado gerenciamento de crises.

A questão da criminalidade penetrou o debate político brasileiro de modo mais incisivo muito recentemente. A temática da segurança pública afigura-se central no pleito eleitoral à presidência da República no ano de 2006, como já havia sido em 2002. Nas três eleições presidenciais anteriores a questão foi abordada muito superficialmente. Assim, não é de estranhar que somente nos últimos sete anos o governo federal, através da Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp, tenha se esforçado na elaboração e implementação de planos nacionais para o setor. O primeiro plano foi formulado em 2001, já no final do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, logo após a comoção do caso do ônibus 173, no Rio de Janeiro, e teve como principal inovação a criação do Fundo Nacional de Segurança Pública. Os governos estaduais passaram a receber recursos para o financiamento de projetos específicos submetidos a apreciação do Senasp, dentro das diretrizes previamente formuladas no mencionado plano nacional. Em 2003, por sua vez, o governo Lula apresentou um documento mais elaborado em consistente, denominado “Projeto de Segurança Pública para o Brasil”, o qual tem norteado suas ações até então (SAPORI, 2007: p.107 e 108).

Nos antigos marcos normativos das políticas de segurança pública, segundo Beato e Peixoto (2005), as discussões sobre os modelos de prevenção à criminalidade em muitos casos ou não acontecia, ou acabavam oscilando entre os eixos das políticas repressivas e das políticas de prevenção social. Uma das novidades na (co)gestão desses pesquisadores foi a incorporação de políticas de segurança pública que fizessem justamente essa articulação dialética entre os modelos de proteção social e de repressão qualificada.

Programas e políticas são concebidos num movimento pendular que ora oscila na direção de reformas sociais de grande escala, ora pende para o uso intensivo de estratégias policiais, repressivas e punitivas. Posto dessa maneira, a contradição entre eles se torna visível não obstante engenhosas retóricas que visam a compatibilizá-los. Políticas repressivas supõem estratégias e programas centrados nas organizações do sistema de justiça criminal, em especial a polícia, que visam incrementar sua eficiência, embora não se saiba muito bem avaliá-la. Políticas sociais, por sua vez, tem que encarar com clareza a tensão que

se coloca entre objetivos que precisam ser universalmente postos, e a necessidade de ações focalizadas a partir da incidência de criminalidade (BEATO e PEIXOTO, 2005: p. 170).

Seguindo esse espírito republicano e científico as políticas de segurança pública de Minas Gerais desenvolveram programas sistêmicos de prevenção à criminalidade. A articulação dos programas Fica Vivo, Mediação de Conflitos, Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas e o (CEAPA) Programa de Reintegração Social de Egressos do Sistema Prisional (PRESP) visou abarcar variados indivíduos e grupos sociais considerados pela Secretaria de Estado e Defesa Social (SEDS) como vulneráveis à criminalidade. Assim, esses programas preventivos sistêmicos também foram vinculados ao eixo da repressão qualificada com o policiamento comunitário do GEPAR por meio da constituição de áreas de risco. Os resultados dessa articulação dialética foram divulgados de forma eficaz no projeto piloto realizado no bairro Morro das Pedras, aglomerado em Belo Horizonte. Segundo os pesquisadores envolvidos “foi uma redução significativa dos homicídios em aproximadamente 47% dos homicídios nos primeiros seis meses.” (SILVEIRA, SILVA e BEATO, 2008: p. 80).

O sucesso do projeto piloto se desdobrou no replicamento em outros aglomerados da capital, da região metropolitana e de municípios do interior. Todavia, o desdobramento dessas políticas, ao chegar ao interior mineiro, foi assimétrico:

Cabe ressaltar, por um lado, que a implementação da política estadual de segurança pública concentrou-se em boa medida nos municípios que compõem a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Houve uma nítida focalização dos investimentos e projetos nessa região do estado, principalmente nos eixos da integração das organizações policiais e da prevenção social da criminalidade. O interior foi contemplado apenas no que diz respeito à construção de penitenciárias e centros de internação de adolescentes infratores (SAPORI, 2007: p.153)

Quais as implicações dos investimentos das políticas de prevenção à criminalidade se concentrarem na capital e região metropolitana? Quais as implicações das cidades interioranas serem contempladas com a construção de penitenciárias e centros de internação de adolescentes infratores?

A partir de 2005 o município de Uberlândia, segunda maior população de Minas Gerais, situada no Triângulo Mineiro, a aproximadamente 543 quilômetros de Belo Horizonte, acolheu a política de segurança pública estadual. Apesar das dificuldades da expansão do eixo da proteção social nos bairros do município interiorano, houve a constituição do Centro de Prevenção à Criminalidade (CPC) de base local no setor leste da cidade, no bairro Morumbi, culminando na constituição da Rede Leste – reunião de pessoas e instituições que promovem as políticas sociais nos bairros classificados como áreas de risco.

A área de risco deste setor foi composta pelos bairros Alvorada, Morumbi e o conjunto de *favelas/assentamentos urbanos/bairros irregulares*: Dom Almir, Prosperidade, Joana D'arc velho, Joana D'arc novo, Celebridade e Zaire Resende. A tríade denominada de favela/assentamento urbano/bairro irregular é utilizada para abarcar as representações feitas por agentes sociais que, de acordo com estratégias específicas, nomeiam cada localidade com uma dessas três formas.

## **2. As políticas estaduais de segurança pública em Uberlândia: a articulação dialética entre proteção social e repressão qualificada**

Em outubro de 2005 a SEDS, em parceria com a Prefeitura Municipal de Uberlândia e o Instituto Elo, efetuou estudos na cidade com objetivo de implantar os CPCs: um de base local situado no centro, e outro de base territorial situado no bairro Morumbi e que atende todos os bairros do setor leste classificados como área de risco. Com a instalação dos equipamentos de prevenção à criminalidade, no dia 7 de setembro de 2006, aconteceu a primeira reunião da Rede Leste fomentada pelo gestor social do CPC de Uberlândia e técnicos sociais do programa Fica Vivo.

Após dois meses, o bairro Jardim Canaã, situado no setor oeste, foi a segunda localidade classificada como área de risco no município. Com a efetivação apenas do GEPAR no bairro, parte da população e dos próprios policiais do primeiro grupamento que ali atuavam se mobilizaram para pleitear um CPC de base territorial e as oficinas do Programa Fica Vivo na localidade. Segundo moradores do bairro Jardim Canaã os

primeiros policiais do grupamento se esforçaram bastante para tentar implementar o eixo da proteção social e as oficinas do programa Fica Vivo. O CPC de base territorial só foi efetivado no bairro em 2015, funcionando sempre com um número muito baixo de oficinas.

Em Uberlândia, a classificação das áreas de risco foi se expandindo ao longo de 2006 até atingir ao menos um bairro de cada uma das quatro regiões periféricas da cidade. Ao longo do tempo a atuação do GEPAR foi se expandindo para bairros circunvizinhos, também sem o desenvolvimento das redes de proteção social.

Se levarmos em conta que um dos objetivos das políticas estaduais de segurança pública é criar uma articulação dialética entre o eixo da proteção social envolvendo gestores, técnicos sociais e oficineiros e o eixo da repressão qualificada por meio de protocolos de policiamento comunitário que dialoguem com os profissionais da proteção social; nesse cenário teórico e de gestão do governo estadual, na longínqua cidade interiorana houve uma primazia, por parte das instituições do governo estadual, na repressão qualificada em relação à proteção social. Na prática, a implantação das novas medidas de segurança pública levou para os bairros periféricos pobres de Uberlândia o policiamento, desvinculado da metodologia preventiva proposta de constituir uma relação dialética com as redes protetivas. Sem os CPCs, os programas primários e as redes de proteção social, a repressão qualificada também fica parcialmente fraturada pela ausência das equipes sociais e da constituição das redes de proteção social, realizadas pela gestão e por técnicos sociais dos programas primários de prevenção. Pode-se dizer assim que a repressão praticada é uma *repressão meio-qualificada*, pois sem os profissionais do eixo de proteção social não há uma qualificação e comunicação mais apurada por parte dos policiais comunitários.

Para alguns gestores e técnicos sociais, as ações práticas dos programas de prevenção em relação ao eixo da repressão qualificada são desafiadoras por variados motivos que geram ambivalências. Segundo o livro de ata das reuniões da Rede Leste em 2009, foi constatada uma participação efetiva do policiamento. Interessante notar que na primeira ausência do grupamento policial, em setembro daquele ano, uma moradora debateu com a técnica social do programa Fica Vivo a relação de vínculo do programa com a polícia. A moradora:

fala da associação do programa Fica Vivo com a polícia de que muitos jovens não realizam a oficina porque pensam que o programa é da polícia. A [técnica social] relata sobre a visita de alguns jovens que perguntavam o que era necessário para estar nas oficinas, e foi respondido que nada, que basta eles irem até as oficinas. [Moradora] da comunidade relata sobre a criança que foi agredida pela polícia e que conversou com o garoto, mas vê que às vezes eles não tem para onde ir. A [técnica social] diz contar com a rede parceira para destituir a questão do programa e polícia, para que todos entendam o que acontece na instituição (ATA REDE LESTE, 2009).

Assim, a participação do policiamento nas reuniões gera contradições na medida em que sua participação é considerada um importante fator para o desenvolvimento do modelo comunitário de policiamento. Por outro lado, o exemplo dessa moradora demonstra como a ausência dos policiais do grupamento pode favorecer falas que visibilizam as ações ilícitas e violentas de outros policiais.

Na percepção prática de gestores e técnicos sociais envolvidos com os programas de prevenção à criminalidade em Uberlândia, os jogos de interesses nas relações entre moradores, polícias, profissionais dos CPCs e agentes da rede local também evidenciam o grande desafio em articular os modelos preventivos e repressivos:

TS1: O GEPAR no micro é um parceirão e ao mesmo tempo não. Pra gente que estamos no eixo da proteção social ele é muito mais um parceiro macro do que micro. A nossa relação com o GEPAR aqui na comunidade é super restrita, super delicada. Até mesmo porque em 2009, super-recente, se for pensar houve o assassinato do presidente de bairro que falou publicamente: “Nós estamos aqui, a associação do bairro está com a população para lutar contra o crime”. Depois dessa fala ele foi assassinado. A rede depois disso esvazia-se, principalmente das pessoas que são da região e da comunidade. A supervisora da escola começa a ficar com medo e fala que o conteúdo da rede assusta um pouco ela. E os outros que não falarem nada e deixaram de participar.

TS2: Por isso que é delicado essa relação das políticas do eixo de proteção social com esse lado que é a repressão qualificada. Que a gente está no meio da comunidade. Mas existe na metodologia coisas que vão minimizando. Por exemplo, você não vê a polícia aqui, parar para tomar cafezinho, como faz na padaria, com aquele vínculo de proteção, não tem esse relacionamento. A gente marca reunião fora da comunidade, pra não dar essa brecha. Eu não sei se a comunidade tem essa dimensão do Fica Vivo barra polícia. Eu acho que algumas pessoas um pouco mais esclarecidas, as vezes, perguntam: “Vocês tem relação

com a polícia?” Não, a gente tem vínculo por que estamos dentro da SEDS, mas ambos fazem trabalhos distintos, um de proteção social, outro de repressão qualificada. E de fato não tem isso, eu chegar no tenente e falar olha esse, aquele e aquele outro menino vocês podem prender. Não tem isso. A gente conversa sobre homicídios que aconteceram, sobre aspectos criminais da região, nós estamos percebendo uma movimentação ali, cabe uma oficina ali? É muito mais um trabalho estratégico de como podemos prevenir do que um trabalho de delação<sup>2</sup>.

Com o evento fatídico do homicídio do jovem presidente da associação as relações ficaram tensas no bairro e nas reuniões da Rede Leste. Segundo antigos moradores e técnicos sociais o GEPAR “fechou o bairro” para capturar os envolvidos com o homicídio e os principais suspeitos de chefiarem o tráfico de drogas na região. Pode-se dizer que esse evento transformou a estrutura social da Rede Leste. Houve um expressivo esvaziamento dos moradores e agentes supralocais que trabalhavam nas localidades na participação das reuniões. O medo de alguma retaliação foi uma informação que chegou a circular na época do acontecido.

Para piorar a situação, nesse mesmo período houve a ausência da sede do programa Fica Vivo no bairro. No dia 10 de março de 2009 foi relatado na ata da Rede Leste pela técnica social do programa, que descreveu as dificuldades no momento.

A fala do programa Fica Vivo e das dificuldades que o programa enfrenta com a ausência da sede e solicita aos demais que falem cada qual de como foi o último mês na região. Fala da morte do Sr. F, presidente do bairro, digo, da Associação dos Moradores do bairro Morumbi. Diz não compreender a razão deste homicídio e que se preocupa com o futuro dos jovens, do futuro do nosso país (ATA REDE LESTE, 2009).

Funcionários do programa dizem que a sede anterior foi interdita por problemas de insalubridade, envolvendo a combinação de grandes infiltrações com um intenso fluxo de pombos no local. Situado em uma área mais central do bairro, com maior circulação de pessoas e mais próxima de outros aparelhos públicos, a visibilidade da primeira sede é comentada como um fator positivo em relação à atual, situada na “parte dos fundos” do bairro.

---

<sup>2</sup> Entrevista realizada em 28 de dezembro de 2011 com dois técnicos sociais do Fica Vivo.



Outro aspecto tenso que pode ser desdobrado desses eventos e da tentativa de articular os modelos de políticas repressivas e preventivas é a autoavaliação dos profissionais do eixo da proteção social, no controle social dos jovens nos bairros que atuam. Para certos técnicos sociais algumas das normativas e práticas sociais do eixo de proteção social geram conflitos com suas perspectivas teóricas de formação profissional, ligadas às ciências humanas ou sociais aplicadas. Assim, as “qualificações” (informações) que circulam do trabalho do oficinairo e do próprio técnico social para a estrutura dos grupos de intervenção estratégica geram certos contornos angustiantes.

A: Eu acho que o risco tem, mas a gente é incitada a qualificar esse risco. Para que não seja algo assim: nome é algo para não ser dito em reunião, mas ao mesmo tempo se você não sabe o nome do sujeito, você não dá conta de trabalhar alguma atividade. Você chega num ponto do trabalho que esse nome vai aparecer, aí você vai qualificando e passa esse nome para a gestão, onde esse nome vai para uma discussão maior de intervenção estratégica. Aí chega num ponto que esse nome dependendo de várias situações que eles vão percebendo “lá em cima”, eu falo lá em cima porque está acima da gente mesmo, pode chegar numa atitude de repreender, prender o sujeito mesmo. De decidir isolá-lo de uma situação em que ele está convivendo com a sociedade. Então eu vejo, eu acredito que a gente camufla esse trabalho, porque a gente vai no foco. Porque a gente faz prevenção com a pessoa que está envolvida, não é com quem não está envolvida. Então, se a gente faz proteção com uma pessoa que está envolvida a gente tem o interesse sim, de estar também pensando uma forma de reprimir esse sujeito na violência.

B: Posso falar do meu olhar sobre isso que você está falando. O que eu entendo. A gente de algum jeito acaba alimentando a intervenção estratégica. Quando a gente está com o sujeito e sabe do envolvimento dele, e aí a gente tenta se aproximar, fazer vínculo. Aí eu entendo que é a partir daí que a equipe vai atuar junto com o oficinairo. E aí claro, é na prevenção à criminalidade. E aí a repressão qualificada vem quando um desses sujeitos é muito envolvido e ele pode atrapalhar a dinâmica do território, incidindo em homicídio, conflito, em controle, nesse sentido. Essa perspectiva que você trouxe eu achei interessante que a gente camufla. Camuflar o que?

A: Camuflar porque estamos controlando, né. Estamos em uma medida de controle dos jovens e é assim, por mais que você encontre esse jovem e faça vínculo eu fico pensando até que ponto isso é perverso, sabe. Aí eu falo por uma questão maior, por assim, a gente faz o vínculo com o jovem, faz uma confiança, uma parceria, mas no final das contas isso é passado para um grupo maior onde eles vão pensar situações, ações pra reprimir esse jovem, entende! Por vez enclausurá-los por conta que ele solto está movimentando um tráfico, porque está morrendo muitos jovens, tanto que eu sou usada para que isso seja feito. Eu, os oficinairos, os técnicos e aí quando a gente coloca isso em supervisão para diretora do programa, pra supervisão, pra gestão eu entendo o papel delas, mas elas tentam ao tempo todo florear colocam

assim: “Não, então a gente tem que problematizar, qualificar”. Para fazer todo um sentido dessa ação, mas no final das contas eu acho que é isso<sup>3</sup>.

Nessa entrevista com duas técnicas sociais do programa Fica Vivo, o ponto de inflexão entre a dimensão normativa da proteção social e da repressão qualificada é lida de maneira crítica pela técnica social de inspiração pós-estruturalista, ao demonstrar mal-estar em saber que as informações que adquiriu com o vínculo adjunto aos jovens e os oficinairos podem ser circuladas para o eixo da repressão qualificada. Dessas relações entre os dois eixos resulta o temor de certas decisões poderem ser deflagradas por meio de medidas repressivas face às medidas protetivas.

Se, por parte dos técnicos sociais, essas representações simbólicas sobre as suas funções burocráticas dentro do aspecto mais amplo das políticas de segurança pública mineira são controversas, em relação à percepção das abordagens policiais nos bairros de atuação do programa as representações simbólicas são quase consensuais: por um lado, os relatos convergem para uma inadequação das abordagens desses agentes da segurança pública, incluindo o GEPAR, sobre a população local; por outro lado, descrevem que grande parte dos policiais que atuaram na rede de proteção social desempenharam um excelente trabalho.

Eu acho que ainda é um policiamento comum. Ainda está longe de ter critérios de abordagem. Eles vêm o jovem como inimigo, aquela coisa dos jovens que foram presos. Já ouvi vários relatos de jovens que se sentem perseguidos, do policial do GEPAR passar e falar assim: “*Tá livre hein, saiu. Vamos ver se não volta*”. Não é essa a maneira de abordar, né. Você confronta, você ameaça, você banaliza, você irrita, você entra num nível quase de adolescente mesmo, né. É quase como se fosse uma galera contra a outra. É complicado. Quando você pensa, como conversar com o jovem na linguagem dele, não é ofendendo como ele ofende, não é ameaçando como ele ameaça, mas é ensinando para ele uma outra maneira de dialogar, com respeito, com educação, mas numa linguagem que não precisa ser tão madura, tem que ser uma coisa mais jovem. É nesse sentido que a gente fala, né. Eles [policiais] estão longe de saber abordar, porque o que acontece, tem uma lógica por trás que a polícia é herói e o jovem é bandido. E o mais louco é que eu tive oportunidade pelo Fica Vivo de participar de duas formações de capacitações de turma do GEPAR, onde eu ia como técnica do programa falar dessa abordagem do jovem. E parte dos policiais que

---

<sup>3</sup> Entrevista realizada, com duas técnicas sociais do programa Fica Vivo, no dia 22 de outubro de 2013.

estavam ali, todos muito jovens, de no máximo 23, 24 anos, eles não tinham compreensão do que a gente estava falando. E a gente via que eles iam tratar com jovens que eram pouca coisa mais novos do que eles ou da mesma idade. E você via também quais os motivos que aqueles jovens que estavam na plateia que o objetivo de entrar na polícia e no GEPAR é aquela coisa legal, de estar no carro, estar perseguindo, de ter uma maneira legalizada de portar arma. Então, até o momento em que ele tomou a decisão de ser policial, ele era muito parecido com aquele jovem que ele vai combater, confrontar. Então, ao mesmo tempo tem essa coisa igual do policial do GEPAR, lá da periferia também. E ao mesmo tempo, ele se sente diferente pela roupa. Ele olha no espelho e vê que está fardado. Ele pode usar arma, mas aquele menino não pode, a arma dele é contrabandeada. Então, ele sente um poder que, às vezes, a idade dele não comporta. Ele não tem maturidade para entender o que ele está fazendo ali, né. Assim, a impressão que eu tinha é que eu falava e vinha umas perguntas absurdas, no sentido de desmascarar a equipe do Fica Vivo. Eu ouvia muito isso: *“Ah, vocês passam muito a mão na cabeça de bandido, dá colo para bandido, fica com dó de bandido”*. Quem atua na área social tem esse preconceito, né<sup>4</sup>.

Interessante notar a especificidade da reflexão dessa técnica social em perceber como essa relação de identidade se potencializa, através de relações de semelhanças e diferenças, demonstrando, por um lado, a proximidade entre as faixas etárias e, por outro, a farda como um marcador de diferença legal e ilegal entre os jovens policiais considerados heróis, e os jovens das áreas de risco classificados como bandidos. O relato da técnica social também demonstra que os conflitos entre as normativas da proteção social e da repressão qualificada e as representações simbólicas dos profissionais desses eixos, acerca do público alvo, compreendem sentidos diametralmente opostos. Assim, o dilema entre proteger os jovens buscando encaminhá-los às redes de proteção social e acionar medidas repressivas de abordagem, acautelamento ou, até mesmo, práticas ilegais de violência nas abordagens aparecem como uma linha tensionada dentro das diferentes atividades desses profissionais com a população local.

Por mais que essas representações sociais dualistas impossibilitem uma ação mais harmônica entre técnicos sociais e policiais, deve ser ressaltado que a troca de experiências – como, por exemplo, a oportunidade de uma técnica social do Fica Vivo ser convidada a falar em cursos de capacitação para policiais – mostra como a PM aciona e proporciona trocas expressivas entre os representantes dos dois eixos.

---

<sup>4</sup> Entrevista realizada com uma técnica social do programa Fica Vivo, no dia 18 de outubro de 2012.

Todas essas experiências relatadas ao longo da pesquisa evidenciam o fato de que os policiais mineiros têm representações bastante heterogêneas sobre suas ações com a população. De toda maneira, no que se refere aos policiais que atuam capilarizados nas rondas cotidianas desses bairros, quase todas as reflexões dos profissionais dos programas – técnicos sociais, gestores e oficinairos – sobre suas práticas sociais corroboram os relatos de uma forma inadequada de abordagem. Em entrevista realizada com um oficinairo, que também é morador dos bairros irregulares do setor leste, ele também menciona como a abordagem policial na comunidade em muitos casos era inadequada. Por coincidência, no momento da entrevista ocorreu próximo à casa do oficinairo um conflito armado entre policiais e jovens. Segundo as informações do filho do oficinairo, supostamente um jovem teria sido baleado por tiros de borracha, disparados por policiais.

O: Vai demorar um pouquinho porque eles foram ver o caboclo que está deitado lá. Teve pra baixo aí, uma troca de tiros. A polícia não tem perdão, mata mesmo.

M: O que o senhor acha do papel da polícia aqui no bairro?

O: Eu acho assim, aqui sem polícia vira bagunça, mas eu acho que tem umas coisinhas assim que eles extrapolam. Da forma de abordar, você entendeu. Apesar que não tem ninguém escrito na testa o que que ele é, se é bandido ou se é pessoa de bem. Mas, muitas vezes, a forma que eles chegam e jogam a gente na parede independente de quem seja. Eu acho assim, que deveria ter uma outra forma de abordar. O GEPAR ele foi criado pra isso, tipo quando o bairro está um barril de pólvora é ele que está na frente, ele é o carro chefe. Você vê que o GEPAR só foi criado nos bairros que as coisas estão descontroladas. Que é essa região nossa, Canaã, Guarani, alto São Jorge, é só nesses locais que precisa. Então como eu tava falando, pra gente que não faz parte é uma forma muito truculenta. Se eles têm um sistema de averiguação eles tinham que saber quem é e quem não é. Então, eu estou num programa hoje que tem esse vínculo, mas a gente não aceita<sup>5</sup>.

Em suma, pelo conjunto de relatos que possibilitam criar um panorama descritivo de representações simbólicas e práticas sociais dos profissionais desses programas de prevenção à criminalidade na cidade, as políticas de segurança pública e de prevenção à criminalidade em Uberlândia propiciaram experiências multifacetadas para a população local do setor leste, sobretudo aos jovens de 14 até 24 anos, faixa etária do programa Fica

---

<sup>5</sup> Entrevista realizada com oficinairo do programa Fica Vivo, no dia 11 de fevereiro de 2012.

Vivo. Dessas experiências, apesar das inúmeras ambivalências relatadas, destacam-se também as várias ações voltadas aos atendimentos psicossociais realizados pelos técnicos sociais, como formas de o jovem acessar com mais potencialidade várias instâncias burocráticas desconhecidas ou então distantes do universo da população local.

### **3. Gênese da Rede Leste: a questão fundiária e a aplicação homeopática dos programas de prevenção à criminalidade em Uberlândia**

Programada para as quinze horas do dia 7 de setembro de 2006, o gestor social do CPC de Uberlândia conduziu as primeiras atividades da Rede Leste fazendo informes gerais. O objetivo principal dos moradores da rede naquele momento inicial era: *“buscar uma solução definitiva para os problemas fundiários da região”*.

O problema da regulamentação fundiária nessas localidades do setor leste de Uberlândia se tornou um dos imbróglis jurídicos mais complexos e confusos do campo político e imobiliário do município. Índícios jurídicos supõem como essas terras parceladas e loteadas ao longo da história dos processos de urbanização da cidade foram incorporadas de forma legal e ilegal por multifacetados segmentos populacionais – desde advogados, políticos e empresários vinculados aos mercados do setor imobiliário até o agenciamento de movimentos sociais ligados às questões das lutas pelos direitos das moradias urbanas.

Algumas dessas áreas estão situadas em terras com vários espólios jurídicos, loteadas por imobiliárias irregulares, de propriedade de empresários e advogados que iniciaram os processos contratuais de compra e venda com moradores, mas abandonaram tais transações deixando os habitantes sem escrituras e sem infraestrutura básica. Com isso houve também uma série de processos jurídicos sobre os loteamentos abertos e dívidas referentes aos pagamentos de serviços públicos, como o de água, energia elétrica e esgoto.

As ilegalidades nessas localidades são muito visibilizadas pela imprensa local quando são descobertas ações ilícitas de moradores e das lideranças pobres dos sem-teto. A grande maioria das notícias referente aos assentamentos é sobre uso e tráfico de drogas

ilícitas. Poucas reportagens sobre a “grilagem de terra” efetivada pela elite político-imobiliária são publicadas nos meios de comunicação local.

Realizado no dia 6 de dezembro de 2006, os moradores locais participantes do primeiro Fórum Comunitário Fica Vivo continuaram colocando em pauta de reivindicação a questão fundiária como um dos maiores problemas, diretamente vinculada à questão da criminalidade na região. Uma tentativa de agenda foi constituída por parte dos moradores, em busca da regularização dos bairros ilegais. Um dos líderes relatou na ata do fórum comunitário que:

convocou uma reunião, com as lideranças comunitárias, para discutir as questões fundiárias, porém somente duas pessoas compareceram. E ao entrar em contato com o Ministério Público, para que o promotor participasse dessa ação, este afirmou que para isso a comunidade deveria se mobilizar antes. No entanto, o líder colocou que esta mobilização comunitária só será possível após as eleições, devido aos vários interesses políticos existentes na região (ATA REDE LESTE, 2006).

Muitos moradores mencionam que a regularização fundiária traria uma infraestrutura aos bairros como asfaltamento, iluminação adequada, drenagem pluvial em certos locais que inundam no período chuvoso e criação de diversos aparelhos públicos:

Ao iniciar sua fala a líder relatou alguns episódios de violência que ocorreram nos bairros nos últimos dias, leu alguns versos de sua própria autoria e se disponibilizou a auxiliar a redução da criminalidade na região. Porém afirmou para que haja essa redução será necessário que haja a legalização dos assentamentos, uma vez que foi apontado no curso de Gestores que a questão fundiária está diretamente relacionada à criminalidade (ATA REDE LESTE, 2006).

Assim, para esses moradores representantes da população local, uma especificidade da prevenção à criminalidade no setor deveria ser resolvida com a ágil regularização fundiária no certame jurídico que traria, assim, condições básicas de moradia e infraestrutura para a localidade.

Durante o período da pesquisa, entendeu-se que as ações tomadas pelos gestores sociais das políticas de segurança pública, no que tange a relação histórica entre

planejamento urbano e criminalidade, foram expostas apenas nesse contexto inicial da Rede Leste e através das lideranças locais. Silenciosa e seletivamente, o tema da regulamentação fundiária foi retirado da agenda da Rede Leste e a sua conexão de sentido com a prevenção à criminalidade ficou subsumida às agendas vinculadas aos controles sociais sobre jovens, tendo como meta que não adentrem as gangues ou aos usos e tráficos de drogas.

Se tomarmos como referência comparativa os relatos das lideranças locais nas reuniões da rede e dos fóruns, veremos que tais vínculos estão cada vez mais reforçados pela fratura entre a situação de extrema visibilidade e sujeição criminal da pobreza (MISSE e LIMA, 2011) e o estado de invisibilidade da riqueza ilegal, pelo ocultamento ou pelos silenciosos processos de incriminação social das populações ricas envolvidas na suposta grilagem de terras. Talvez por não fazer parte das agendas e dos padrões de protocolo das instituições de prevenção à criminalidade, essa especificidade causal entre questão fundiária e criminalidade nunca foi tratada por elas como uma questão relevante para o campo da segurança pública e da prevenção à criminalidade.

Nesse contexto, consta ainda nesses primeiros documentos da Rede Leste a ausência do programa Mediação de Conflitos. A falta dos técnicos sociais bacharéis em direito deste programa foi decisiva para a demanda local da regularização fundiária não ter entrado na agenda dos profissionais do Centro de Prevenção à Criminalidade em Uberlândia. Segundo antigos técnicos sociais do programa Fica Vivo, a implementação de um programa municipal similar condicionou as políticas estaduais de prevenção uma restrição inicial à aplicação do programa Mediação de Conflitos. Por fim, o programa municipal foi desfeito e essa demanda pela complementaridade dos programas estaduais, que na prática cotidiana nunca ocorreu, só foi suprida com a ida do programa Mediação de Conflitos em outubro de 2012.

Tais funcionários mencionaram como a falta dos profissionais do programa Mediação de Conflitos reverberava na atuação dos profissionais do programa Fica Vivo, para além das questões fundiárias. Como os programas de prevenção estão ligados de maneira sistêmica, e os dois programas ainda mais pelas características de prevenção primária, a execução das várias tarefas cotidianas, principalmente dos técnicos sociais, poderiam ser divididas; como o programa Fica Vivo trabalha com a faixa-etária juvenil, o

programa Mediação de Conflitos trabalha com o público-alvo complementar: a família desses jovens. Assim, com a chegada dessa nova equipe, ações de rede são realizadas em conjunto, articulando o jovem à família.

Nesse contexto, alguns atores da Rede Leste, com o objetivo de implementar o programa Mediação de Conflitos no setor leste no início do fomento da rede na cidade, debateram a possibilidade de viabilização desta proposta em reuniões da rede. Curiosamente, os conflitos de interesses sobre quem deveria ser o responsável pela implementação do programa na cidade trouxe uma “inversão de discurso” na reunião. Sobre esse assunto, na ata da primeira reunião da Rede Leste consta a seguinte informação:

O **gestor social** afirma que já tentou a implantação do programa “Mediação de Conflitos”, mas **acredita que essa solicitação deve partir da comunidade junto à prefeitura**. No entanto, o **tenente e J. [psicólogo do CRAS e oficineiro] acham que essa ação deve mesmo partir do Gestor do Núcleo**, e o nome dele é mantido como responsável, porém o prazo é prorrogado para setembro [de 2006] (ATA REDE LESTE, 2006).

Assim, o gestor social responsável pelo eixo da proteção social dos programas estaduais na cidade relatou uma necessidade de mobilização comunitária junto à prefeitura para a implantação do programa de prevenção à criminalidade. Mesmo sendo um dos principais beneficiários com a vinda do programa para o núcleo de base local ele *“acreditava que essa solicitação deve partir da comunidade junto à prefeitura”*. Por outro lado, o tenente ligado ao GEPAR – representante do eixo da repressão qualificada – acreditava que o gestor do CPC de Uberlândia é quem deveria ser o responsável por dar andamento a essa demanda, colocada como uma questão a ser resolvida até o final do ano de 2006.

As reflexões de David Garland (2008) sobre o papel atual das agências de governo, e em especial dos operadores da justiça no que toca as ações de prevenção à criminalidade, demonstram um novo desenho institucional no exercício do poder no campo do controle do crime se configurando por meio de “governar à distância”. Introduzindo princípios e técnicas de governo que estão bem consolidados em outras



áreas da política, a requerida demanda do programa Mediação de Conflitos foi um bom exemplo prático dessa forma de gestão. Mesmo fazendo parte do escopo sistêmico dos programas de prevenção, por algum motivo, a equipe técnica naquele momento achou conveniente que a “comunidade” fosse o requerente oficial do programa na cidade.

Ademais, apesar dos sofisticados manuais de prevenção à criminalidade envolverem diretamente a relação território/crime, como por exemplo, em Minas Gerais com a classificação de bairros considerados áreas de risco; de uma forma geral os intelectuais brasileiros do campo da segurança pública não encontraram conexões de sentido entre a constituição dessas áreas de risco/áreas criminógenas e suas formações históricas enquanto propriedade privada que, como em Uberlândia, foram supostamente adquiridas de maneira ilícita por políticos e empresários do setor imobiliário.

#### **4. Reconfigurações da Rede Leste: a arte e o esporte como dispositivos de prevenção à criminalidade**

Esses eventos tensos que ocorreram no setor leste também reconfiguraram a participação dos agentes supralocais nas reuniões da Rede Leste. Entre 2009 e 2010 houve uma relativa saída das agências de justiça e segurança pública, com exceção do GEPAR que, dependendo do comando, possuía uma participação mais ou menos efetiva nos encontros mensais de rede – e uma entrada de instituições do terceiro setor que fomentam oficinas e eventos preventivos de arte e esporte. Apesar do grande esforço e da boa vontade desses agentes supralocais, a atual conjuntura administrativa desses projetos nas periferias de Uberlândia resulta na prática em um primeiro entrave linguístico estabelecido entre o exercício profissional dosicineiros artistas/esportistas e a gestão dos projetos culturais, quase sempre arregimentados por gestores e técnicos sociais sendo a maioria deles psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, bacharéis em direito, cientistas sociais ou administradores de empresa, sem formação ou relativo conhecimento de linguagem da área artística/esportiva.

Assim, as instituições, ao contratarem profissionais da área (quando não voluntários de outras áreas) para as oficinas de arte e esporte, não conseguem criar

*narrativas públicas de performances*<sup>6</sup> ou mesmo oferecer trabalhos com infraestrutura adequada, muitas vezes, pela falta de planejamentos específicos dos gestores e técnicos sociais sobre os ofícios desenvolvidos pelosicineiros. Importante considerar que por terem formações profissionais diferentes, gestores e técnicos sociais não são os responsáveis pela falta de conhecimento da linguagem dosicineiros. São os desenhos institucionais dessas políticas que criam curtos circuitos entre as linguagens teóricas/administrativas/pedagógicas x artísticas/esportivas.

Apesar de um quadro de profissionais qualificados entre os técnicos sociais e gestores sociais dos programas, alguns com conhecimentos e experiências de trabalho no campo artístico, o CPC de base local do Morumbi, em meio às dificuldades, conseguiu ao longo do tempo fomentar uma série de eventos e ações de prevenção à criminalidade e oficinas voltadas para as esferas produtiva, lúdica, artística e esportiva. Além disso, criou a Rede Leste que, apesar de alguns recuos e refluxos ao longo de sua história, constitui uma importante rede de Ong's que reúne, discute e fomenta uma série de ações políticas e culturais nas localidades do setor. Todavia, neste contexto histórico, as práticas sociais dos encontros da Rede Leste demonstram participações mais intensas, apesar de rotativas, dos agentes supralocais; diminutas das lideranças locais; e quase inexistentes dos moradores locais.

Nesse aspecto, o empoderamento da comunidade por meio da Rede Leste pode ser considerado um *empoderamento passivo* que ocorre em função das tomadas de decisões dos projetos e iniciativas oferecidos nos bairros não passarem por um ambiente de decisões que conte com a presença de moradores locais. Essas decisões são definidas por agentes supralocais ligados a instituições públicas, privadas ou do terceiro setor que atuam no bairro, mas que possuem gerência fora das localidades.

Em alguns desses eventos, certas decisões unilaterais nos “planejamentos coletivos” demonstram conflitos e limites dos usos “públicos” ou “privados” da rede. Um deles evoca um projeto de uma das Ong's atuantes da rede que aprovou, pela Lei Estadual de Incentivo à Cultura, a produção de espetáculos nas localidades do setor.

---

<sup>6</sup>As Narrativas Públicas de Performances consistem no professor/oficineiro criar um núcleo de práticas pedagógicas com os jovens que possibilitem circular em maneira sistemática, a partir de um calendário anual de eventos planejados, em espaços públicos da cidade para assistirem e participarem de apresentações artísticas, torneios e campeonatos esportivos.

Inicialmente, cogitou-se um debate público sobre qual local seria mais adequado para a realização desses eventos. Boa parte dos agentes opinou pela importância de eventos dessa natureza ocorrerem nas ruas dos bairros. Todavia, em reuniões subsequentes os gestores da Ong justificaram sua decisão em tornar o espaço da empresa que representa “um espaço público” para a população local. Pautados no discurso do empoderamento do espaço para a comunidade, os gestores definiram manter o evento dentro da empresa onde se situa a sede a Ong.

Alguns conflitos a respeito das ações pedagógicas internas dos eventos também demonstram certas tensões entre instituições que compartilham as práticas da arte-educação com jovens e crianças. Em uma dessas ocasiões festivas, percebe-se a frustração de um grupo de jovens frequentadores de uma oficina de violão de um programa de prevenção à criminalidade. Despreparados no momento estipulado para se apresentarem, foram impedidos de tocar em momento posterior, sobre a justificativa que poderiam atrapalhar a atração principal do evento. Tal conflito foi debatido como ponto de pauta na reunião seguinte da rede. Foi colocado pelos técnicos sociais do programa como uma ação inadequada aos desejos coletivos dos jovens, de seus familiares (pela expectativa negativa dos jovens, amigos e familiares terem ido assistir ao evento), bem como dos gestores e técnicos sociais da instituição envolvida, visto que a missão da instituição não era a de levar performances profissionais para o evento, mas apenas mostrar os resultados das oficinas. Assim, outros entraves linguísticos são configurados dentro do campo da arte, através das tensões entre os diferentes focos das instituições e agentes que fomentam as ações.

Ao longo da história da Rede Leste uma série de eventos artísticos foram organizados em ambientes públicos e privados pelos agentes que integram direta ou indiretamente os encontros. Todavia, a falta de um planejamento de médio e longo prazo de eventos que consolidem narrativas públicas das performances artísticas que envolvem a população local juvenil do bairro transformaram esses eventos em ações episódicas e fragmentadas. Apesar dos eventos realizados pelas Ong's serem positivos no sentido de levar multifacetadas linguagens artísticas ligadas à cultura popular e educação ambiental para a população, a dissonância mais aguda que se verifica é que a linguagem juvenil local, afinada com os movimentos de *hip hop*, não conseguiu estabelecer um diálogo

expressivo dentro do circuito de programação desses eventos supralocais, tornando-se pouco atraente à participação dos jovens.

Nesse aspecto, nota-se uma diferença fundamental entre os calendários de eventos das produções artísticas e das produções esportivas locais. A primeira delas é que as produções artísticas são arregimentadas diretamente pelos agentes supralocais que integram os encontros da Rede Leste. Enquanto que as oficinas esportivas de futebol (mas também de outras modalidades como a capoeira, judô, artes marciais mistas e o karatê) realizadas poricineiros do programa Fica Vivo, oficineiros e professores de educação física de outras instituições, inseridos em importantes e bem estruturados circuitos de eventos esportivos locais, municipais, estaduais e nacionais. Os trabalhos desses oficineiros do futebol movimentam os maiores números de jovens para o programa Fica Vivo na cidade. Os estímulos às competições oficiais, aos jogos em campeonatos geralmente realizados aos domingos de manhã, e a necessidade de uma boa forma física, são iniciativas que não retiram a vontade e a possibilidade dos jovens de experimentarem ou realizarem práticas ilegais. Todavia, criam importantes circuitos de torneios nos quais muitos jovens executam planejamentos de cuidados de si. Assim, entrar em algum time significa criar, na maioria das vezes, um vínculo individual e coletivo de treinos físicos e movimentos disciplinares como acordar cedo aos domingos, dormir cedo aos sábados, diminuir as baladas, beber pouca bebida alcoólica, dar um tempo no cigarro, etc.

Por outro lado, as linguagens artísticas assimiladas pela população juvenil, sobretudo a do movimento *hip hop*, ainda não conseguiram emplacar e consolidar um circuito mínimo de eventos e práticas como ocorre com os campeonatos de futebol e outras modalidades esportivas. Ademais, a Rede Leste não conseguiu constituir uma relação de mão dupla entre a linguagem artística e esportiva criada pelos agentes supralocais e pela heterogênea população juvenil do bairro.

## 5. Considerações Finais

A longa trajetória da Rede Leste constata que seus atores sociais fomentadores – gestores e técnicos sociais dos programas estaduais de prevenção à criminalidade – mesmo com momentos de dificuldades e refluxos desempenharam um papel importante de articulação social entre as instituições supralocais do setor leste de Uberlândia. Todavia, percebe-se que essas ações supralocais não efetivaram uma relação de alteridade mais visceral com as produções e os moradores locais. Assim, no campo da política de prevenção à criminalidade o esvaziamento das lideranças locais e dos moradores nos encontros da rede foi um demonstrativo das suas limitações políticas.

Se a política estadual de prevenção à criminalidade foi concebida dentro de um parâmetro sistêmico da prevenção primária, secundária e terciária, sua replicação em Uberlândia foi constituída inicialmente de maneira homeopática. A diferença temporal entre o programa Fica Vivo implementado em 2006 e o programa Mediação de Conflitos implementado em outubro de 2012; a implementação tardia e ainda muito limitada das oficinas do Programa Fico Vivo no bairro Jardim Canaã, situado no setor oeste; a ausência de aparelhos de proteção social e apenas a presença do eixo da repressão qualificada nos setores sul e norte; são fatos que demonstram as disjunções entre o pensamento dialético da proteção social e da repressão qualificada: i) no protocolo inicial de atuação proposta pela SEDS; ii) na concepção científica e republicana de articular repressão qualificada e proteção social que marcou seu desenho em 2002 e 2003.

Curiosamente, os primeiros aparelhos do estado implementados nos bairros irregulares do setor leste foram o presídio Jacy de Assis e o Centro Sócio Educativo de Uberlândia (CESEU). Tais fatos históricos confirmam a fala do sociólogo e ex-secretário adjunto de segurança pública de Minas Gerais, Luís Flávio Saporì, sobre as cidades interioranas mineiras terem acolhido mais presídios, penitenciárias e centros sócio-educativos em relação aos aparelhos e serviços de proteção social e prevenção à criminalidade.

Todavia, apesar dos esforços microsociais dessas instituições de prevenção à criminalidade, seus efeitos não acompanharam o desenvolvimento do eixo repressivo em

relação ao contexto macrossocial de Uberlândia. Com o processo de segmentação das áreas de risco nas periferias da cidade, sendo preenchido apenas pelo eixo da repressão qualificada, por meio do policiamento do GEPAR, o resultado foi um tipo de gestão do controle do crime que se coaduna com a tendência mineira da segurança pública atual que na prática não foi tão republicana assim. Ao menos, com o rápido e intenso crescimento do encarceramento juvenil.

A reportagem intitulada *Jovens Presos em Uberlândia aumentam 1300% em 10 anos* realizada pela jornalista Layla Tavares, publicada no jornal Correio de Uberlândia do dia 15 de setembro de 2015, apresentou os seguintes números:

A quantidade de jovens entre 18 e 29 anos presos em Uberlândia aumentou mais de 1300% nos últimos 10 anos. No mesmo período, entre 2005 e 2015, a população carcerária da cidade cresceu 142%. Atualmente, a Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga e o Presídio Professor Jacy de Assis abrigam 2.743 pessoas, das quais 1.548 (56,4%) são jovens. Os dados são da Secretaria de Segurança Social de Minas Gerais. De acordo com o Estatuto da Juventude, pessoas com idade entre 18 e 29 anos são jovens (TAVARES, 2015).

Nesse aspecto Uberlândia segue a tendência brasileira do encarceramento juvenil, sendo registrada na cidade a mesma taxa nacional de um total de 56% da população carcerária. A diferença está na velocidade, enquanto a média nacional foi aumentando em uma série histórica maior, segundo os dados do relatório do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (Infopen), o crescimento da população dessa faixa etária na cidade foi sete vezes mais acelerado que a média nacional.

Conforme dados contidos no relatório do Infopen (Sistema Integrado de Informações Penitenciárias), divulgado no fim de junho, pelo Ministério da Justiça, a porcentagem de jovens de 18 a 29 anos entre a população encarcerada no Brasil coincide com o número registrado nas unidades prisionais de Uberlândia – 56%. O crescimento nacional, porém, foi em menor escala. Enquanto em Uberlândia, de 2005 a 2014, a quantidade de jovens desta faixa etária encarcerados cresceu mais de 1300% no País, de 2005 a 2013 (último dado nacional disponível), o aumento foi de 177,9% (TAVARES, 2015).

Apesar de a reportagem não trazer uma discussão mais detalhada sobre a relação entre o número da população carcerária e a raça/cor, apresentou um quadro que descreve o cruzamento desta categoria na série histórica entre 2005 e 2014 da população carcerária uberlandense.

TABELA 1 – População Carcerária da cidade de Uberlândia: 2005-2014

**População carcerária de Uberlândia**

<b>GÊNERO</b>	<b>2005</b>	<b>2014</b>
<b>Feminino</b>	<b>70</b>	<b>124</b>
<b>Masculino</b>	<b>1.063</b>	<b>2.373</b>

  

<b>COR</b>	<b>2005</b>	<b>2014</b>
<b>Amarela</b>	<b>15</b>	<b>14</b>
<b>Branca</b>	<b>491</b>	<b>920</b>
<b>Parda</b>	<b>459</b>	<b>1.147</b>
<b>Preta</b>	<b>168</b>	<b>416</b>

Fonte: (Tavares, 2015).

Em 2014, houve no município de Uberlândia o aumento de 249% da população negra encarcerada em relação a 2005, enquanto que a população branca subiu 187%. Assim, em Uberlândia, esses números corroboram a tendência nacional do racismo institucional, sendo a população carcerária brasileira majoritariamente negra (preta e parda), juvenil e masculina.

Nesse aspecto, pode-se dizer que os princípios normativos das políticas de segurança pública estaduais em Uberlândia fomentados pelo espírito republicano e científico da época de 2002 e 2003, cujo vínculo de gestão entre políticos, intelectuais pesquisadores, funcionários públicos da segurança e da justiça teve o seu centro progressista esvaído pela falta de infraestrutura do polo da proteção social em face de progressiva expansão do eixo da repressão qualificada.

Outros dados de Minas Gerais realizados entre 2012 e 2013, publicados na pesquisa: *A filtragem racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e*

*relações raciais* (SINHORETTO et al, 2014) demonstram o desenvolvimento acentuado do encarceramento por meio da filtragem racial nesta unidade federativa. Segundo a pesquisa, nos anos de 2012 e 2013, foi quase o dobro de números de negros presos em relação aos brancos. Em taxas de 100 mil habitantes foram proporcionalmente 2784,4 negros presos e 1307 brancos presos. Em números absolutos entre as duas categorias foram aprisionados em flagrante 348.588 indivíduos negros e 146.388 indivíduos brancos.

No que se refere aos homicídios dolosos praticados por policiais, apesar dos números de Minas Gerais serem menores do que de outras unidades federativas (Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro) comparadas na pesquisa, também houve uma discrepância segundo cor/raça. Nas mortes ocasionadas por intervenções policiais entre janeiro de 2012 e setembro de 2013, houve 39 negros e 17 brancos mortos. Em termos percentuais totais (envolvendo amarelos, albinos e aqueles que não mencionaram) 59% atingiram negros e 26,5 atingiram brancos. Calculadas as proporções em taxas de 100 mil habitantes houve 0,15 brancos mortos e 0,28 negros mortos, configurando uma filtragem racial de quase o dobro.

Diante desses dados locais e estaduais, verifica-se uma relação assimétrica entre o eixo da proteção social e da repressão qualificada, em relação: i) aos aspectos macrossociais dos dados sobre homicídios policiais e prisões em flagrante na unidade federativa; ii) aos aspectos macrossociais do conjunto desses dados apresentados sobre a população carcerária na cidade e a implementação de policiamentos comunitários com ênfase na repressão qualificada; iii) aos aspectos microssociais da implementação homeopática dos programas estaduais nas periferias. Vimos que, apesar de residual em relação aos outros eixos da segurança pública e de fato não ter conseguido uma mudança efetiva na conjectura atual da criminalidade na cidade, é inegável que as ações dos técnicos, gestores e oficinairos do eixo da prevenção à criminalidade são experiências cujas dimensões capilarizadas podem colaborar, em certos casos, de forma qualitativa, para uma melhor condição de vida do jovem dessas localidades pobres.

Por fim, vale ressaltar as ações liminares (TURNER, 2013) de certos oficinairos (incluindo do programa Fica Vivo) na medida em que suas posições sociais são descentradas dos atributos que estão para além de seus ofícios de professores. A vivência



no campo revelou que, mesmo sendo um número diminuto, esses *oficineiros liminares* possuem um vínculo visceral de trabalho com jovens, sendo profissionais que transitam entre várias subvenções, contratações temporárias e bolsas de ajuda de custo. A sua grande maioria, alheios aos contratos remunerados, aos vínculos institucionais das leis trabalhistas e independente se a “maré está alta” ou a “maré está baixa” (se estão recebendo alguma ajuda de custo do estado, terceiro setor ou empresas) tais *oficineiros liminares* atuam em muitos casos “a vida toda” desenvolvendo trabalhos sociais voltados para a arte e o esporte.

Algumas experiências bem-sucedidas, apesar de todo o sacrifício, como a do *oficineiro* bailarino Paulo Edson que, inserido dentro de uma rede profissional de dança, tem a possibilidade de exercer sua arte em vários países do mundo, bem como receber certos subsídios e salários que possibilitem treinar, ensaiar, produzir e se apresentar; e ainda, circular com seu grupo de jovens dançarinos por vários espaços da cidade. Todavia, ao longo dos anos, as tensões com a garantia de recebimento do salário na temporada, com a entrega da sede até então alugada pela companhia, com as dificuldades com a aprovação e captação de recursos oriundos de projetos de lei de incentivo, demonstram o quanto os mercados das oficinas de arte e de esporte em Uberlândia são penosos.

Na medida em que essas tensões passam pelos profissionais de uma das principais companhias de dança da cidade e do país, os reflexos das austeridades de recursos nesses campos incidem com mais potência nos grupos menos expressivos e nos artistas semiprofissionais. Grande parte de artistas educadores tornaram-se assim semiprofissionais do campo. Possibilitados apenas de exercerem de forma parcial suas atividades a condição geral do artista e do desportista em Uberlândia é dividir a sua experiência com outro trabalho considerado comum. Em muitos casos, o envolvimento com a profissão comum, principal fonte de renda, acaba se tornando inconciliável com as temporadas ou apresentações artísticas fora da cidade, acontecendo assim uma relação conflituosa entre o trabalho comum e o trabalho artístico.

Pode-se afirmar que *oficineiro* bailarino Paulo Edson é uma exceção, por conseguir trabalhar exclusivamente com sua arte. Se o programa Fica Vivo não conseguiu fomentar, adjunto às outras instituições da Rede Leste, um pagamento digno

aos oficinas, nem fomentar circuitos de eventos artísticos que envolvem as linguagens das artes locais, ao menos o subsídio semiprofissional da bolsa para o oficinairo contribui para fortalecer esses vínculos pedagógicos e a possibilidade de uma renda complementar para o profissional.

Talvez a reclamação de alguns gestores e técnicos sociais nas reuniões de rede sobre o esvaziamento “da população da comunidade” nos eventos artísticos realizados por eles, não levem em conta a necessidade dessas produções possuírem uma via de mão dupla, cujos diálogos entre as artes locais e supralocais possam fomentar, como nas oficinas de futebol, importantes narrativas públicas de performance que possibilitem ao jovem desejar experimentar a experiência artística/esportiva de forma mais sistematizada em suas vidas.

O exercício filosófico de Hannah Arendt (2011) sobre a prevenção da violência, ao demonstrar a dimensão positiva da noção de poder, definindo-o como iniciativas coletivas de indivíduos que visam agir em concerto ao propiciarem uma ocupação política dos espaços públicos para a resolução dos problemas sociais, ao ser transposta para as observações das ações políticas no setor leste, demonstra o desempenho de importantes narrativas públicas de performances na constituição de fomentos esportivos vinculados aos jovens. Se os eventos artísticos se limitam ao empoderamento passivo, por meio das ações supralocais, conclui-se, como alguns oficinairos conseguem estabelecer entre a parte de “fora” e de “dentro” da Rede Leste, relações de vínculos com jovens que possibilitam a suas performances artísticas adentrarem de forma ativa em outros circuitos públicos, realizados em vários espaços urbanos da cidade. Tudo isso longe das estruturas normativas desenhadas pelos programas de prevenção à criminalidade.

## Referências

- ARENDDT, H. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- BEATO, C. e PEIXOTO, B. Há Nada Certo. Políticas Sociais e Crime em Espaços Urbanos. In Sento-Sé.J.T. **Prevenção da Violência**: o papel das cidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- BEATO, C. SILVA, B. SILVEIRA, A. Prevenção de Crimes Urbanos: o Programa Fica Vivo. in LIMA, R.S. e PAULA, L. **Segurança Pública e Violência**: o Estado está cumprindo seu papel? São Paulo: Contexto, 2008.
- GARLAND, D. **A Cultura do Controle**: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Revan, 2008.
- LIMA,R.S. & RATTON, J.L. **As Ciências Sociais e os Pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil**. São Paulo: FNSP e ANPOCS, 2011.
- MISSE, M.& LIMA. R. K. **Crime e Violência no Brasil Contemporâneo**: estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2011.
- SAPORI, L. F. **Segurança Pública no Brasil**: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro. FGV, 2007.
- SINHORETTO, J. et al. A filtragem racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e relações raciais. In MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Segurança pública e direitos humanos: temas transversais**. Brasília: Senasp, 2014.
- SOARES, L.E. **Segurança tem saída**. Sextante : Rio de Janeiro, 2006.
- TAVARES, L. Jovens presos em Uberlândia aumentam em 1300%. **Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 2013. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/jovens-presos-em-uberlandia-aumentam-1300-em-10-anos/>. Acesso em 15 set 2015.
- TURNER, V.W. **O Processo Ritual: estrutura e antiestrutura**. Petrópolis: Vozes, 2013.